

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2020 - 2024

PBD
Plano de Benefício Definido

TELOS
Fundação Embratel de Seguridade Social

Índice:

1. Cenário Macroeconômico
 - 1.1. O ano de 2019
 - 1.2. Para o período de 2020 a 2024
2. Objetivos da gestão
3. Alocação de recursos
 - 3.1. Renda Fixa
 - 3.2. Renda Variável
 - 3.3. Investimentos Estruturados
 - 3.4. Investimentos no Exterior
 - 3.5. Imobiliário
 - 3.6. Operações com Participantes
 - 3.7. Limites de Alocação
4. Diversificação
 - 4.1. Renda Fixa
 - 4.2. Renda Variável
 - 4.3. Investimentos Estruturados
 - 4.4. Investimento no Exterior
 - 4.5. Imobiliário
 - 4.6. Operações com Participantes
 - 4.7. Limites de Alocação e Concentração por emissor e por Investimentos
5. Gestão TELOS - Operações
6. Gestão Terceirizada
7. Gerenciamento de Riscos
8. Derivativos

9. Apreçamento dos ativos financeiros
10. Responsabilidade Socioambiental e Governança
11. Mitigação de Potenciais Conflitos de Interesses
12. Separação de Responsabilidades e Alçadas
13. Rentabilidades nos Últimos 5 Anos
14. Operações com Patrocinadores
15. Comunicação com os Participantes

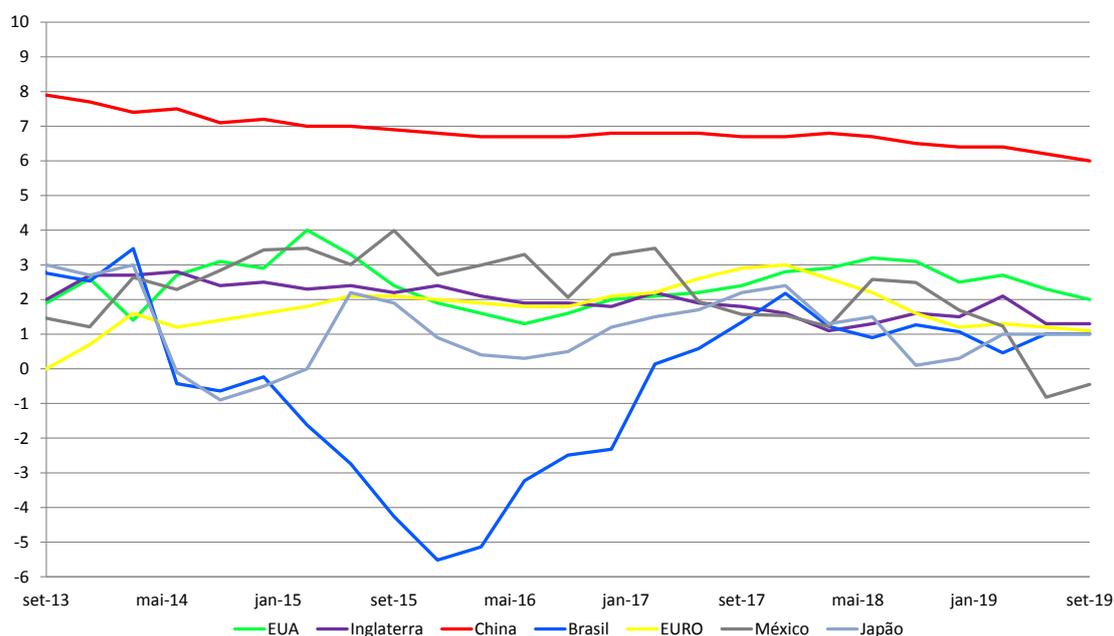
1. Cenário Macroeconômico

1.1. O ano de 2019

Cenário Externo

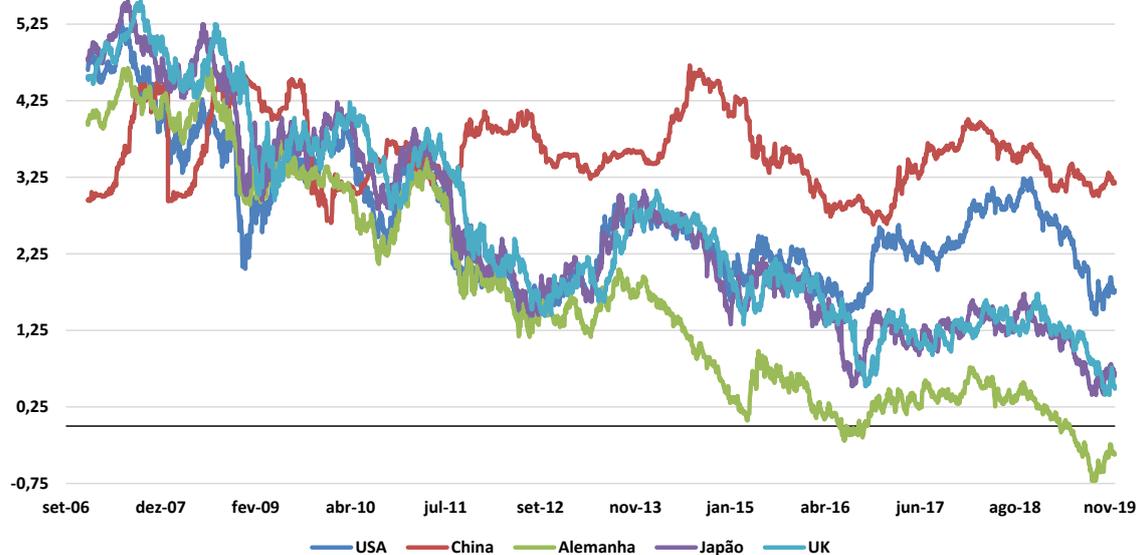
No ambiente externo, o ano de 2019 teve como principal tema a continuação da Guerra Comercial sino-americana. Esse embate gerou volatilidade e incertezas nos mercados, com idas e vindas em relação a possibilidade de um acordo entre as duas nações. O comércio global sofreu, e várias economias foram afetadas negativamente, inclusive a chinesa, que teve redução no seu crescimento econômico. A economia americana, por sua vez, se manteve crescendo próximo do patamar de 2% ao ano, apesar de temores de uma possível recessão. Na Europa, tivemos mais um ano de crescimento fraco.

PIB: Ano contra ano anterior (Fonte: Bloomberg)



O gráfico acima mostra a evolução do PIB de algumas das maiores economias do mundo. Podemos constatar que a maioria dos países passou por uma desaceleração econômica ao longo do ano, que foi causada em grande parte pela Guerra Comercial.

Juros Globais: Taxas dos Títulos 10 Anos - 2006-2019 (Fonte: Bloomberg)



No ano de 2019, vimos o FED reverter sua política monetária, que havia sido de alta de juros em 2018, para queda de juros em 2019. Essa política foi motivada pelos temores de uma recessão americana, que seria uma consequência dos embates tarifários que levaram a uma desaceleração econômica, apesar do desemprego nos EUA ter permanecido baixo ao longo de todo o ano. Outros países acompanharam o movimento do FED e também reduziram suas taxas de juros, e alguns deles inclusive entraram em território negativo. Como exemplo, podemos observar a taxa dos títulos de 10 anos da Alemanha, negativa durante o ano.

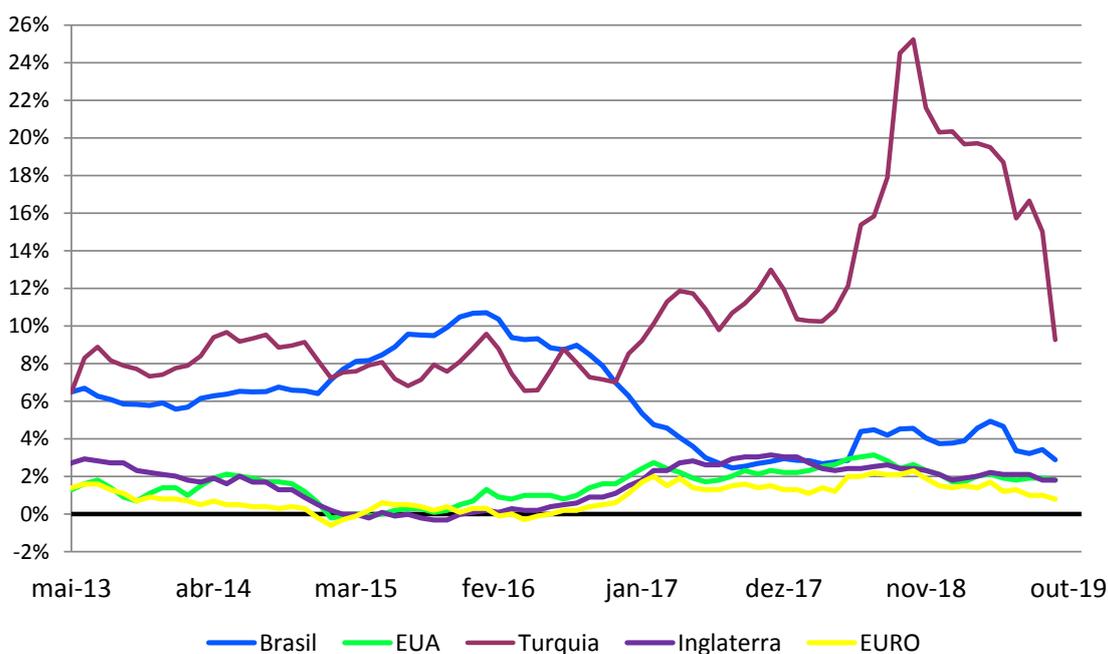
Outra questão que surgiu ao longo de 2019 foram as crises políticas e sociais de diversos países emergentes, com destaque para países vizinhos ao Brasil, como Chile, Peru, Colômbia e Bolívia. Apesar de serem economias menores que o Brasil, com menos fluxo de capitais externos, e estarem em situações socioeconômicas distintas, geram preocupação aos investidores estrangeiros. Também tivemos eleições na Argentina, onde o candidato peronista foi vencedor e trouxe de volta a ex-Presidente Cristina Kirchner que será agora Vice-Presidente, e no Uruguai, onde o candidato de centro-direita prevaleceu, retirando a Frente Ampla do poder após 15 anos. O cenário inconstante aumenta a incerteza dos investidores em relação a região, o que pode reduzir a disposição por novos investimentos no Brasil.

Cenário Interno

O ano de 2019 teve o início da gestão do Governo Bolsonaro, com o Ministro da Fazenda Paulo Guedes gerindo a agenda econômica. O principal destaque foi a aprovação da Reforma da Previdência, pauta muito demandada para reduzir a trajetória de crescimento da dívida pública. Após intensas negociações e discussões, a Reforma foi aprovada e devidamente sancionada, com impacto fiscal superior ao previsto inicialmente pelo mercado, apesar de que abaixo do número desejado pelo Ministro Paulo Guedes.

Quanto ao desempenho da economia, tivemos mais um ano de baixo crescimento, em parte causado pelo cenário externo negativo devido à Guerra Comercial e em parte devido as incertezas em relação a aprovação da Reforma da Previdência, que contaminaram o primeiro semestre. Ao longo do segundo semestre, porém, houve uma melhora do crescimento, ainda que tímida. Quanto à taxa Selic, o Banco Central do Brasil continuou com a política de corte de juros, chegando a 4,50% em dezembro. A inflação seguiu dentro da meta do governo, mesmo com a alta do dólar ao longo do ano.

Inflação Acumulada 12 meses (Fonte: Bloomberg)



Podemos verificar pelo gráfico acima que a inflação na maioria dos países teve uma trajetória de queda ao longo de 2019. Essa queda estrutural em todas as economias se deve aos efeitos da mudança da pirâmide etária nos países, com menos jovens, e pela tecnologia, que diminuiu os custos de transação. A Guerra Comercial também afeta o crescimento global, desacelerando, também, a inflação. No Brasil, a inflação se manteve dentro da meta, possibilitando que o Banco Central mantivesse sua política de juros baixos ao longo de todo o ano.

1.2. Para o período de 2020 a 2024

Cenário Externo

O ano de 2020 terá como destaque as eleições americanas, que ocorrerão em novembro. Trump buscará sua reeleição e para ter sucesso terá que manter a economia americana saudável, e, ao mesmo tempo, convencer sua base eleitoral de que está vencendo a Guerra Comercial. Já o Partido Democrata estará muito aguerrido e tentará impedir a reeleição de Trump de todas as maneiras, como pode ser visto pelo processo de impeachment que iniciaram em 2019. Este processo, mesmo que não resulte no impeachment, pode servir como bandeira de mobilização para o eleitorado democrata durante as eleições.

Na Ásia, a China continuará sofrendo com as atitudes de Trump, que a coloca na posição de maior inimigo na Guerra Comercial. Os chineses têm ajustando sua política diante deste cenário, e não devem fechar qualquer acordo com Trump. Ao mesmo tempo, a China tem sofrido com os protestos em Hong Kong, o que é um processo desestabilizador para a economia chinesa e o próprio regime político.

Na Europa, a economia voltou a desacelerar, e existe temor de recessão, notadamente no setor industrial da Alemanha. Os problemas políticos continuam gerando tensões, e o processo do Brexit teve que ser estendido mais uma vez.

Cenário Interno

Para o ano de 2020, a expectativa do mercado é de que ocorra uma aceleração do crescimento, com a alta do PIB podendo superar os 2%. O grande receio é que as expectativas de crescimento já foram frustradas em outros anos, inclusive em 2019. O cenário externo continuará desafiador, o que pode afetar negativamente o crescimento, como ocorreu em 2019 com os efeitos da Guerra Comercial e da crise argentina. Quanto a inflação, deverá continuar comportada, e com isso o Banco Central poderá manter os juros baixos ao longo de 2020. Com esse cenário, o desemprego tende a continuar em queda, mas ainda será uma redução lenta e gradual.

Seguem abaixo as estimativas de diversos indicadores da economia doméstica para os próximos anos, extraídas do relatório Focus, produzido pelo Banco Central do Brasil, divulgado em 29/11/2019.

Data	2019	2020	2021	2022	2023
IGP-M	5,52%	4,07%	4,00%	3,85%	3,83%
IGP-DI	5,75%	4,04%	4,00%	3,75%	3,75%
IPCA	3,52%	3,60%	3,75%	3,50%	3,50%
SELIC	5,88%	4,25%	4,67%	6,50%	6,63%
Dólar	R\$ 4,10	R\$ 4,01	R\$ 4,00	R\$ 4,00	R\$ 4,10
Juros Reais	2,28%	0,63%	0,89%	2,90%	3,02%
PIB	0,99%	2,22%	2,50%	2,50%	2,50%

Dados de 29/11/2019

2. Objetivos da Gestão

O Plano de Benefício Definido (PBD) da TELOS é um plano maduro, já em fase de amortização, fechado para novas inscrições, com meta atuarial de IGP-DI + 4,15%, que busca pela sua gestão:

- Obter uma rentabilidade piso de IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas acrescido de 4,50% ao ano em todos os segmentos;
- Investir em ativos de baixo risco de crédito;

- Aplicar majoritariamente recursos em ativos líquidos de forma a garantir o pagamento dos benefícios previdenciários.

3. Alocação de recursos

3.1. Renda fixa

No ano de 2019, as taxas de juros no Brasil continuaram em patamares historicamente baixos, diante de um quadro inflacionário benigno e atividade fraca. O cenário externo foi desafiador, com a Guerra Comercial, mas o fluxo de capitais permaneceu consistente, permitindo que o Banco Central mantivesse ao longo do ano a política de juros baixos.

Para o ano de 2020, a expectativa é de que os juros continuem em baixa. O cenário externo, porém, tem se agravado e complicado o fluxo de recursos para emergentes, com os investidores se tornando mais seletivos. Ainda teremos as eleições americanas em novembro, o que deverá gerar volatilidade nos mercados. Sendo assim, teremos mais um ano desafiador.

Nesse ambiente, a TELOS continuará avaliando todas as opções no segmento de renda fixa, mas também manterá postura criteriosa nas suas avaliações de risco.

3.2. Renda Variável

Por conta da continuação do cenário de juros baixos e a possibilidade de retomada da economia brasileira, mesmo que moderada, pretendemos realizar novos investimentos neste segmento. Nosso intuito é buscar diversificar nossa carteira e obter a possibilidade de rendimentos acima da Selic, que deve permanecer em patamares muito reduzidos ao longo do ano de 2020.

Sendo assim, aumentaremos o limite de alocação para o segmento de renda variável e avaliaremos oportunidades de investimentos neste segmento, principalmente em relação a fundos de investimentos em ações.

3.3. Investimentos Estruturados

Para o ano de 2020, manteremos o limite de alocação do ano anterior para o segmento. Todavia, avaliaremos oportunidades no segmento, principalmente em relação a fundos multimercados, em que pretendemos continuar investindo como no ano de 2019.

3.4. Investimentos no Exterior

Ainda acreditamos que existam outras oportunidades de investimentos mais atrativas que auxiliem o Plano a superar sua meta atuarial.

Diante disso, continuamos sem propostas de alocação para o segmento.

3.5. Imobiliário

Aproveitando o momento de taxas de juros baixas e o fluxo de capitais abundante, avaliaremos possibilidades de redução da exposição no segmento aproveitando essa janela.

No entanto, manteremos o limite de alocação do ano anterior para o segmento de imóveis.

3.6. Operações com Participantes

Manteremos a revisão constante da concessão de empréstimos e financiamentos, à luz da meta atuarial da Fundação.

3.7. Limites de Alocação para 2020 (Posição em 29/11/2019)

	PL (R\$ Mil)	Atual	Alvo	2020		2019	
				MÍN	MÁX	MÍN	MÁX
Renda Fixa	R\$ 3.118.179,42	93,0%	89,9%	65%	100%	65%	100%
Títulos Públicos	R\$ 3.118.198,28	93,0%	89,9%	65%	100%	65%	100%
Títulos Privados	R\$ -	0,0%	0,0%	0%	20%	0%	20%
Renda Variável	R\$ 284,02	0,0%	2,0%	0%	5%	0%	1%
Investimentos Estruturados	R\$ 34.980,95	1,0%	2,2%	0%	3%	0%	3%
Investimento no Exterior	R\$ -	0,0%	0,0%	0%	0%	0%	0%
Imóveis	R\$ 188.263,24	5,6%	5,5%	0%	7%	0%	7%
Empréstimos Financiamentos	R\$ 10.955,36	0,3%	0,4%	0%	3%	0%	3%
TOTAL	R\$ 3.351.747,22						

4. Diversificação

A TELOS observa todos limites e requisitos da Resolução nº 4.661, de 2018, do Conselho Monetário Nacional.

4.1. Renda Fixa

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I - até 100% (cem por cento) dos recursos de cada plano em:

- a) títulos da dívida pública mobiliária federal interna; e
- b) cotas de fundos de investimento admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, cujas carteiras visem refletir as variações e rentabilidade de índice de referência de renda fixa (Fundo de Índice de Renda Fixa) composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal interna;

II - até 80% (oitenta por cento) dos recursos de cada plano em:

- a) ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- b) ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras; e
- c) cotas de fundos de investimento admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que visem refletir as variações e rentabilidade de índices de referência de renda fixa (Fundo de Índice de Renda Fixa), nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;

III - até 20% (vinte por cento) dos recursos de cada plano em:

- a) títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais, desde que emitidos antes da vigência da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014;
- b) obrigações de organismos multilaterais emitidas no País;
- c) ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, bancárias ou não bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- d) debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011;

e) cotas de classe de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FICFIDC), cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB); e

f) cédulas de produto rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA);

4.2. Renda Variável

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I - até 70% (setenta por cento) dos recursos de cada plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança;

II - até 50% (cinquenta por cento) dos recursos de cada plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial;

III - até 10% (dez por cento) dos recursos de cada plano em Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários; e

IV - até 3% (três por cento) dos recursos de cada plano em certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros.

4.3. Investimentos Estruturados

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I - respeitado o limite máximo de que trata o caput, até 15% (quinze por cento) dos recursos do plano em cada um dos seguintes ativos financeiros:

- a) cotas de fundos de investimento em participações (FIP);
- b) cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM); e
- c) cotas de fundos de investimento classificados como “Ações – Mercado de Acesso”, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;
II - até 10% (dez por cento) dos recursos do plano em certificados de operações estruturadas (COE).

4.4. Investimento no Exterior

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

- I – cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa - Dívida Externa”;
- II – cotas de fundos de índice do exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil;
- III – cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;
- IV – cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;
- V – Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários; e
- VI – ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores.

4.5. Imobiliário

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

- I – cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFII);
- II – certificados de recebíveis imobiliários (CRI); e
- III – cédulas de crédito imobiliário (CCI).

4.6. Operações com Participantes

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

- I – empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos; e
- II – financiamentos imobiliários concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos.

4.7. Limites de Alocação e Concentração por Emissor e de Concentração por Investimentos

Para os limites de alocação e concentração por emissor e de concentração por investimentos, manteremos os limites previstos na Resolução CMN 4.661/18, conforme capítulo VI e descritos nos artigos 27 e 28.

5. Gestão TELOS - Operações

Para a realização de operações de compra e venda de ativos de renda fixa e renda variável, a TELOS dispõe de um ranking de corretoras, que é atualizado anualmente e privilegia as instituições líderes de mercado, sólidas e com um bom relacionamento com a Fundação.

Nesse processo de seleção de corretoras são inseridos questionários com perguntas eliminatórias, processo de *due-dilligence* e avaliação de critérios subjetivos.

Para a execução de operações no mercado de renda fixa, sempre utilizamos Plataformas Eletrônicas de Negociação.

A seleção da corretora a ser utilizada para a execução de uma operação, seja de renda fixa quanto de renda variável, leva em consideração o menor custo financeiro para a Fundação.

6. Gestão e Administração Terceirizada

Todo o processo de contratação de gestores das carteiras de renda fixa e renda variável é regido por normas internas, e é dividido em cinco etapas, descritas a seguir:

- **Pré-Seleção** - As empresas gestoras a serem consideradas para o processo deverão possuir um volume mínimo de recursos sob gestão. Este limite mínimo aplica-se igualmente a gestores ligados ou não a instituições financeiras.
- **Análise Comparativa de Desempenho dos Gestores** - Para a análise do desempenho, os gestores serão separados em dois grupos: gestores que já administram recursos da TELOS e gestores que não administram recursos da TELOS.

No primeiro grupo, será comparada a qualidade dos gestores com base na amostra de fundos da TELOS. A comparação entre gestores é feita através de ferramentas quantitativas que analisam os históricos de rentabilidade e risco, levando em conta os regulamentos e os perfis dos fundos.

No segundo grupo, além das comparações descritas no parágrafo anterior, a análise de desempenho será realizada através da comparação de vários indicadores com um grande grupo de fundos no mercado:

- **Análise dos Custos Envolvidos** - Nesta etapa serão analisados os custos de administração e gestão propostos por cada instituição selecionada.
- **Processo de *Due-Diligence*** - Nesta etapa obtemos informações detalhadas sobre a empresa gestora de recursos, incluindo os aspectos técnicos, operacionais e gerenciais relevantes, e a qualidade de atendimento ao cliente.
- **Crítérios Qualitativos** - Esta última etapa da análise consolida os resultados apurados nas etapas anteriores, indicando quais gestores têm estrutura operacional, técnica, gerencial e de suporte ao cliente adequada, segundo os parâmetros definidos pela equipe da TELOS.

A TELOS também observa as normas internas de Escolha de Custodiante e Administrador Fiduciário de Fundos Exclusivos, Carteira Administrada e Própria e os Procedimentos de Contratação de Serviço e Aquisição de Materiais que visam estabelecer critérios para seleção, acompanhamento e avaliação dos prestadores de serviços.

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015, que inclui todo o processo de seleção, acompanhamento e avaliação de prestadores de serviços relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários e de fundo de investimento descritos neste capítulo.

7. Gerenciamento de riscos

A TELOS realiza internamente o gerenciamento dos riscos do plano. Esse controle é dividido da seguinte forma:

- Análise do Risco de Mercado e Liquidez – Medidas de monitoramento de risco são aplicadas aos fundos, tais como o VaR utilizado para monitorar as carteiras de renda fixa e que consiste na medição da estimativa de perda potencial esperada dos fundos em um determinado período de tempo e dentro de um intervalo de confiança; e o *Tracking-Error*, utilizado para as carteiras de renda variável, que mede o risco de os fundos não conseguirem acompanhar a performance do seu *benchmark*.
- Análise do Risco de Crédito e Liquidez - Realizamos o monitoramento dos limites internos e legais, assim como a classificação de risco (baixo e médio/alto risco de crédito) dos ativos a fim de mitigar o risco de inadimplência ou *default* de seus emissores e contrapartes.
- Análise das Operações com Derivativos – Ainda que as operações com derivativos tenham o objetivo de proteger a carteira de oscilações de mercado, estas podem incorrer em perdas. Assim, realizamos acompanhamentos diários de forma a não ultrapassar os limites internos e legais.
- Análise de Risco Sistêmico - Monitoramento constante dos indicadores internos e externos e acompanhamento detalhado dos principais acontecimentos globais a fim de proteger a rentabilidade dos fundos contra fatores exógenos prejudiciais.
- Análise de Risco Operacional e Legal - Manutenção do constante treinamento de seus funcionários, mapeamento de riscos e a adoção de medidas que resultem em mais segurança e transparência para a Fundação. Tais atividades resultaram na inclusão do Processo de Gestão de Investimentos no Sistema de Qualidade da TELOS no final de 2009.

- **Análise de Longo Prazo e Liquidez:** A TELOS, por possuir um passivo de longo prazo de maturação, não necessita manter 100% de seus investimentos em ativos que tenham liquidez, porém devemos provê-la ao longo do tempo de forma a cumprir nossos compromissos atuariais. Para tal monitoramento, chamado de ALM (*Asset Liability Management*), a TELOS realiza simulações com diferentes cenários de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com o participante de forma a avaliar a solvência do plano, e de auxiliar na gestão ao apontar os volumes ótimos de vencimentos para a carteira do plano.

A TELOS realiza o monitoramento do risco dos investimentos, que verifica a aderência dos fundos à política de Investimentos, legislações aplicáveis, regulamento dos fundos e limites estabelecidos internamente. A TELOS, além do controle de risco executado pelo administrador fiduciário contratado, também possui o Comitê de Risco que é responsável por elaborar e monitorar as políticas e diretrizes para tolerância e controle de risco de mercado e de crédito dos investimentos realizados. O Comitê de Risco composto por 6 (seis) membros:

- Diretor Financeiro;
- Gerente Financeiro;
- Gerente de Investimentos;
- Gerente de Controladoria;
- Gerente de Normas e Atuária, e
- Analista de Risco.

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015, que dá ênfase para a gestão de risco.

8. Derivativos

Como descrito no item 7, a TELOS mantém o acompanhamento diário das operações que envolvem derivativos, de forma que não excedam os limites na Política de Investimentos da TELOS e os estabelecidos pela Resolução CMN 4.661, no artigo 30 do capítulo VIII.

Na gestão interna, a TELOS poderá fazer o uso de derivativos com a finalidade de hedge das posições que compõem as carteiras. Já na gestão terceirizada, existe também a possibilidade de posições direcionais, porém, sempre limitadas pelos respectivos mandatos e à legislação vigente.

9. Apreçamento dos ativos financeiros

O apreçamento dos Títulos e Valores Mobiliários que compõem as carteiras dos Fundos de Investimentos Exclusivos de gestão da TELOS e de terceiros, assim como a carteira própria, é feito pelo administrador fiduciário da TELOS.

10. Responsabilidade Socioambiental e Governança

A TELOS é aderente aos princípios de responsabilidade socioambiental, prezando pelo respeito ao meio ambiente, convívio social e boas práticas de Governança.

A TELOS observa princípios socioambientais na gestão dos recursos, acompanhando permanentemente investimentos em melhorias dos processos operacionais com impactos positivos ao meio ambiente nos ativos que detém. Nas análises de crédito privado e novos investimentos, licenças e impactos ambientais são sempre discutidos. Novas ferramentas estão sendo desenvolvidas para aumentar o escopo do nosso compromisso de investimento responsável.

Na administração dos recursos dos gestores terceirizados, dada a discricionariedade do mandato, os princípios socioambientais são observados sempre que possível. A fundação não é signatária de protocolos de regras.

A TELOS adota as melhores práticas de governança corporativa para assegurar, em conjunto com todas as áreas, o alcance dos principais objetivos do negócio: eficiência e eficácia; exatidão e integridade; confiabilidade; efetivo controle dos riscos; mitigação de potenciais conflitos de interesse; e conformidade com leis e regulamentos. Para consolidar os princípios e práticas de governança, a TELOS conta com o Comitê de Compliance, Comitê de Risco, Código de Comportamento Ético e Código de Conduta da Área de Administração Financeira, dentre outros mecanismos descritos nesta própria política.

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015 em que, dentre outros assuntos, leva em consideração aspectos socioambientais e de governança no processo decisório.

A TELOS aderiu em 09 de junho de 2009 ao Código Operacional de Mercado da ANBIMA, inclusive no que concerne à observância dos princípios e regras contidos no Código de Ética da ANBIMA.

Mantemos padrões de responsabilidade e transparência na gestão dos recursos de forma a atender os interesses dos nossos participantes e patrocinadores.

11. Mitigação de Potenciais Conflitos de Interesses

Os conflitos de interesses surgem principalmente quando os interesses pessoais de seus empregados e/ou interesses de terceiros interferem nos interesses da Fundação.

A TELOS reconhece a possibilidade de que seus empregados guardem relações de parentesco ou afinidade com participantes, fornecedores e outros agentes.

Essa situação em si não é proibida. No entanto, em observância ao espírito ético da nossa cultura empresarial, qualquer empregado que se encontre neste tipo de situação deverá se abster de participar do atendimento, tramitação ou resolução de assuntos nos quais tenha interesse pessoal, familiar ou de negócios, e informar essa circunstância ao seu superior imediato, que, por sua vez, a comunicará à Diretoria Executiva. Nesse contexto, devemos ter presente, a todo tempo, que nossa primeira obrigação profissional é com a Fundação.

Além disso, todo empregado deve se abster de estabelecer qualquer tipo de relação ou realizar qualquer tipo de atividade - incluindo manter vínculo de trabalho subordinado com outras pessoas ou prestar serviços por conta própria – que interfira em seu desempenho na Fundação, que seja incompatível com as suas funções na Fundação ou que traga riscos de causar danos à imagem da TELOS.

Também devemos nos abster de aceitar presentes, gratificações ou cortesias que possam nos criar um compromisso, influenciar nas nossas decisões ou afetar as relações comerciais da empresa.

Em certas relações comerciais, a aceitação de refeições, lanches e outros tipos de hospitalidade é considerada normal e se considera que não influencia as decisões de uma pessoa. Essas cortesias devem ser reportadas e autorizadas previamente pelo superior imediato, estar dentro de parâmetros de normalidade e limitar-se ao mínimo, e deve haver reciprocidade.

Além disso, a TELOS, no artigo 27 do seu estatuto consta que os diretores e conselheiros, respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau, não poderão efetuar operações financeiras e comerciais de qualquer natureza com a TELOS, salvo quanto a operações de empréstimos e financiamentos como Participantes e Assistidos, de acordo com a legislação vigente. São vedadas relações comerciais entre a TELOS e empresas das quais qualquer diretor ou conselheiro seja diretor, gerente, acionista majoritário, sócio empregado ou procurador.

O disposto parágrafo precedente não se aplica à relações entre a TELOS e as suas patrocinadoras, relações estas que visarão sempre à consecução dos fins da TELOS e ao benefício dos Participantes.

12. Separação de Responsabilidades e Alçadas

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015 em que, dentre outros assuntos, detalha o processo de

investimentos da TELOS, com a devida separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância, que segue abaixo:

- Comitê de Gestão - Participam o Diretor Financeiro da TELOS (Presidente do comitê), o Gerente de Investimentos e o Gerente Financeiro. O Comitê de Gestão está subordinado à Diretoria Executiva. No Comitê são abordados assuntos relacionados aos investimentos da TELOS, incluindo o monitoramento, elaboração de mandatos e análise das estratégias da Gestão Terceirizada. Oportunidades de investimentos poderão ser apresentadas aos demais membros do Comitê. Cabe ao Comitê avaliá-las e decidir pela execução das mesmas, desde que estas estejam de acordo com a Política de Investimentos da Fundação, com a legislação vigente e ainda, tenham o seu financeiro total inferior ou igual a 2% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), com exceção para o segmento de Imóveis. Caso o segmento seja de imóveis ou o financeiro superior a 2%, a proposta deverá ser encaminhada à Diretoria Executiva. Em cada reunião do Comitê é confeccionada Ata sumária, que contém a decisão dos assuntos abordados, todas as operações realizadas no período pela Gerência de Investimentos e outras informações relativas à Gestão TELOS e Terceirizada.
- Diretoria Executiva - A Diretoria Executiva analisa as oportunidades de investimentos que lhe forem encaminhadas. Caso julgue que a oportunidade não seja atrativa, esta é diretamente descartada. Se a Diretoria Executiva julgar a oportunidade de investimento atrativa e o financeiro total da operação for inferior a 10% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), de acordo com o Estatuto da TELOS, esta será aprovada, com exceção para o segmento de Imóveis. Se a Diretoria Executiva julgar a oportunidade de investimento atrativa e esta for do segmento de Imóveis, ou se o financeiro total da operação for superior a 10% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), de acordo com o Estatuto da TELOS esta será submetida ao Conselho Deliberativo.
- Conselho Deliberativo - O Conselho Deliberativo analisa as oportunidades de investimentos que lhe forem encaminhadas. Caso julgue que a oportunidade não seja atrativa, esta será descartada. Se o Conselho Deliberativo julgar a oportunidade de investimento atrativa, de acordo com o Estatuto da TELOS esta será aprovada.
- Administrador Estatuário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Andrea Morango Pittigliani
- Quadro de Alçadas e Responsabilidades:

Executor	Analista de Investimentos, ou Coordenador de Investimentos
Conferente	Analista de Investimentos, ou Coordenador de Investimentos, ou Gerente de Investimentos
Aprovação inferior ou igual a 2% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I).	Gerente de Investimentos
Aprovação entre 2% e 10% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I).	Diretoria Executiva
Aprovação igual ou superior a 10% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), ou segmento de Imóveis.	Conselho Deliberativo

13. Rentabilidades nos Últimos 5 Anos

Segmento	PBD - Rentabilidade Líquida (%)									
	Rentabilidade em relação ao Índice de Referência (Índice de referência: IGP-DI + 4,5%)									
	2015	Acumulado 2015	2016	Acumulado 2015-2016	2017	Acumulado 2015-2017	2018	Acumulado 2015-2018	31/12/2019	Acumulado 2015-2019
Renda Fixa:	18,18%	18,18%	14,75%	35,62%	6,79%	44,84%	13,30%	64,10%	12,67%	84,89%
	IGP-DI +6,76%	IGP-DI +6,76%	IGP-DI +7,06%	IGP-DI +6,91%	IGP-DI +7,24%	IGP-DI +7,02%	IGP-DI +5,79%	IGP-DI +6,71%	IGP-DI +4,62%	IGP-DI +6,29%
Renda Variável:	9,11%	9,11%	-32,91%	-26,79%	62,34%	18,84%	28,26%	52,43%	-0,24%	52,06%
	IGP-DI -1,44%	IGP-DI -1,44%	IGP-DI -37,4%	IGP-DI -21,45%	IGP-DI +63,02%	IGP-DI +0,19%	IGP-DI +19,76%	IGP-DI +4,76%	IGP-DI -7,37%	IGP-DI +2,22%
Imobiliário:	0,78%	0,78%	40,47%	41,57%	5,43%	49,26%	9,23%	63,04%	5,18%	71,49%
	IGP-DI -8,96%	IGP-DI -8,96%	IGP-DI +31,05%	IGP-DI +9,23%	IGP-DI +5,88%	IGP-DI +8,1%	IGP-DI +1,99%	IGP-DI +6,54%	IGP-DI -2,33%	IGP-DI +4,7%
Investimentos Estruturados:	-7,99%	-7,99%	33,55%	22,88%	21,60%	49,42%	-1,43%	47,29%	8,50%	59,80%
	IGP-DI -16,89%	IGP-DI -16,89%	IGP-DI +24,6%	IGP-DI +1,76%	IGP-DI +22,12%	IGP-DI +8,14%	IGP-DI -7,96%	IGP-DI +3,87%	IGP-DI +0,74%	IGP-DI +3,24%
Operações com Participantes:	17,46%	17,46%	12,01%	31,56%	6,06%	39,53%	17,07%	63,34%	11,62%	82,32%
	IGP-DI +6,1%	IGP-DI +6,1%	IGP-DI +4,5%	IGP-DI +5,3%	IGP-DI +6,5%	IGP-DI +5,7%	IGP-DI +9,31%	IGP-DI +6,59%	IGP-DI +3,65%	IGP-DI +5,99%
Total do Plano:	16,36%	16,36%	12,98%	31,47%	9,00%	43,31%	13,46%	62,60%	12,08%	82,24%
	IGP-DI +5,12%	IGP-DI +5,12%	IGP-DI +5,41%	IGP-DI +5,26%	IGP-DI +9,46%	IGP-DI +6,64%	IGP-DI +5,94%	IGP-DI +6,47%	IGP-DI +4,07%	IGP-DI +5,98%

14. Operações com Patrocinadores

A TELOS não realizou operações em ativos financeiros ligados a patrocinador e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora, conforme § 4º da Resolução nº 4.661, de 2018, do Conselho Monetário Nacional, observado o sigilo da informação.

15. Comunicação com o Participante

A TELOS também disponibilizará em seu site institucional, além das informações mínimas exigidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), toda essa Política de Investimentos.